

**ATA 2033ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA  
DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO**

1 Aos dezenove dias do mês de maio de dois mil e dezoito, às nove horas e vinte minutos,  
2 realizou-se a segunda milésima trigésima terceira reunião Plenária Ordinária do Conselho  
3 Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª Região, à Rua Arruda Alvim, oitenta e nove.  
4 Estiveram presentes 16 (dezesesseis) conselheiras/os, sendo estas/es efetivas/os e suplentes,  
5 a seguir indicadas/os: Aristeu Bertelli da Silva, Guilherme Rodrigues Raggi Pereira, Luciana  
6 Stoppa dos Santos, Maria Rozineti Gonçalves, Monalisa Muniz do Nascimento, Regiane  
7 Aparecida Piva, Reginaldo Branco da Silva, Rodrigo Toledo, Beatriz Borges Brambilla,  
8 Beatriz Marques de Mattos, Bruna Lavinias Jardim Falleiros, Edgar Rodrigues, Ivana do  
9 Carmo Souza, Ivani Francisco de Oliveira, Larissa Gomes Ornelas Pedott e Rodrigo  
10 Fernando Presotto. Esteve presente, também, o gestor da subsede Bauru, Caio César  
11 Portella Santos e o gestor da Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte, Juliel Modesto de  
12 Araujo, conforme lista de presença anexa, onde constam os registros de horários de  
13 ingresso e saída do quórum das/os conselheiras/os, conforme decisão da 1973ª Plenária  
14 Ordinária, de 13 de maio de 2017. **ORDEM DO DIA: I) INFORMES – 1.1) Justificativas de**  
15 **Ausência** – Foram registradas as justificativas de ausência das/os demais conselheiras/os:  
16 Clarice Pimentel Paulon, Evelyn Sayeg, Maria das Graças Mazarin de Araújo, Suely Castaldi  
17 Ortiz da Silva, Vinicius Cesca de Lima, Ed Otsuka, Magna Barboza Damasceno, Maria  
18 Mercedes Whitaker Kehl Bicudo Guarnieri, Mary Ueta e Maurício Marinho Iwai.  
19 **METODOLOGIA DA PLENÁRIA** – Luciana Stoppa dos Santos informa que o primeiro  
20 ponto de pauta, conforme havia sido combinado na plenária anterior, será a discussão sobre  
21 a metodologia da plenária. Bruna Falleiros e Rodrigo Toledo ficaram responsáveis por criar  
22 uma proposta de metodologia de organização da plenária. Bruna Falleiros informa que  
23 combinaram de cada um sistematizar uma parte das propostas e encaminhar para as/os  
24 conselheiras/os. Não sabe se foi unido no mesmo documento, mas havia sido encaminhado  
25 ao Departamento de Secretaria. Rodrigo Toledo comenta que não chegaram a conversar,  
26 apenas trocaram algumas mensagens. A Bruna colocou alguns elementos em um arquivo  
27 na ‘nuvem’, sendo que alguns já haviam sido discutidos em plenária. A partir disso, tentou  
28 sistematizar com o que haviam discutido na plenária anterior. Depois, encaminhou à  
29 Diretoria. Bruna Falleiros explica que não interferiu nas informações que foram  
30 acrescentadas, porque entendeu que seriam discutidas e deliberadas em plenária. Pondera  
31 que algo que, para ela era inegociável era a questão do tempo de fala. O restante da  
32 proposta, pela sua avaliação, não haveria problema. Sugere-se a leitura do documento e  
33 as/os conselheiras/os podem fazer destaques que considerarem pertinentes. Bruna Falleiros

34 faz a leitura de sua proposta: “1. Respeito ao pensamento, posicionamento político e fala de  
35 TODOS e TODAS: Não deve haver cerceamento da palavra de nenhum tipo (limite de  
36 pessoas a falar, tempo de fala etc.); nenhuma fala deve ser interrompida até ser finalizada;  
37 os membros da mesa diretora, caso queiram se expressar, deverão se inscrever  
38 normalmente como qualquer outra conselheira e não ficar usando este lugar para rebater  
39 permanentemente falas que expressem pensamento diverso do seu. 2. Qualificação das  
40 pautas: todo ponto de pauta deve ser subsidiado e os subsídios devem ser enviados  
41 previamente às conselheiras; as pautas enviadas, a despeito de sua origem, devem ser  
42 necessariamente subsidiadas pelo núcleo ou outra instância responsável antes de ser  
43 pautado, com isso garantindo o caráter coletivo da construção da pauta. 3. horário das  
44 plenárias: garantia de realização de pausa de, no mínimo, uma hora para almoço;  
45 possibilidade de pactuar adiamento do término por no máximo duas vezes e com  
46 encerramento no máximo uma hora após o horário previsto na convocação. 4. Delimitar a  
47 distinção entre informes e pautas para impedir manobras que transformam em informes  
48 matérias que exigem deliberação: os informes se referem à comunicação de matéria sobre  
49 fatos já ocorridos e que por essa razão não demandem qualquer encaminhamento ou  
50 deliberação; não se delibera nem se encaminha durante a apresentação de informes. 5.  
51 Pautas remanescentes: Uma pauta deve ser adiada, no máximo, por três meses. Após isso,  
52 ela deve se tornar prioridade máxima, trancando a ordem do dia enquanto não for  
53 apreciada”. Rodrigo Toledo também faz leitura de sua proposta: “**1. As Sessões Plenárias**  
54 **Obedecerão à Seguinte Ordem:** Informes/Comunicações; Ordem do dia; outros assuntos.  
55 **2. Dinâmica da Plenária:** Comunicações/Informes: Cada conselheira terá 3 minutos para  
56 apresentação de informe. Os informes são distintos das pautas e se referem à comunicação  
57 de matéria sobre fatos já ocorridos e que por essa razão não demandem qualquer  
58 encaminhamento ou deliberação. Não se delibera nem se encaminha durante a  
59 apresentação de informes. Também são o momento de comunicação de fatos/eventos que  
60 sejam do interesse de todas. Ordem do Dia: Serão permitidas 5 (cinco) inscrições em  
61 relação a cada matéria da pauta; A mesa consultará o plenário sobre a aceitação ou não  
62 das inscrições que ultrapassem o número de cinco inscrições por matéria. Todo ponto de  
63 pauta deve ser subsidiado e os subsídios devem ser enviados previamente às conselheiras;  
64 O responsável pela inclusão do tema na Ordem do Dia falará antes dos oradores inscritos,  
65 pelo prazo de 5 (cinco) minutos, para encaminhamento do tema. Serão aceitas 2 (duas)  
66 inscrições para os encaminhamentos de cada ponto de pauta, e quando necessário, será  
67 concedido o prazo de 3 minutos para esclarecimentos. O tempo concedido, em cada caso,  
68 poderá ser ampliado por decisão do plenário. Os membros da mesa diretora, caso queiram  
69 se expressar, deverão se inscrever normalmente como qualquer outra/o conselheira/o.

70 As/os membras/os da Plenária devem primar pelo respeito ao pensamento, posicionamento  
71 político e fala de todas/os, às normas de convivência, à ética, decoro e civilidade. Questão  
72 de Ordem e aparte: A questão de ordem é o esclarecimento formulado à Mesa sobre o  
73 processo de discussão e votação dos temas definidos na pauta. As questões de ordem  
74 terão preferência sobre qualquer outro assunto, sendo apreciadas pela mesa, cabendo  
75 recurso ao plenário; o aparte é a interrupção breve e oportuna do orador para indagação,  
76 esclarecimento da matéria em debate ou acréscimo de informações; os apartes subordinam-  
77 se às disposições relativas à discussão, em tudo que lhes for aplicável e incluem-se no  
78 tempo destinado ao orador que o permitir; o membro da Plenária somente poderá apartear o  
79 orador se fizer a solicitação e obtiver a permissão. Não será aceito aparte: à palavra do  
80 Coordenador dos trabalhos; durante o encaminhamento de votação; quando o orador  
81 declarar que não o permite; durante questão de ordem ou de encaminhamento. 3.  
82 Encaminhamentos e Votação: encerrada a discussão, será aberto prazo para a  
83 apresentação de propostas sobre o tema em pauta. Na fase de encaminhamento de  
84 votação, haverá um encaminhamento contra e um a favor. Não havendo encaminhamento  
85 contra não haverá a favor. **3. Horário das Plenárias:** Garantia de realização de pausa de,  
86 no mínimo, uma hora para almoço; Possibilidade de pactuar adiamento do término por no  
87 máximo duas vezes e com encerramento no máximo uma hora após o horário previsto na  
88 convocação. **4. Pautas remanescentes:** Uma pauta deve ser adiada, no máximo, por três  
89 meses. Após isso, ela deve se tornar prioridade máxima, trancando a ordem do dia  
90 enquanto não for apreciada. Considerações do plenário: 1) Bruna Lavinias Falleiros recorda  
91 que o ponto de pauta surgiu a partir da proposta que tivessem pontos de acordo entre todo o  
92 plenário, que será o que permanecerá no documento. Algumas questões apresentadas na  
93 proposta de Rodrigo Toledo já foram indicadas na plenária anterior como inegociáveis, como  
94 não se colocar limite de tempo de fala. Trata-se de uma dinâmica que não funciona entre  
95 eles. Caso insistam nesse item, ficarão a plenária inteira nessa discussão infrutífera. A única  
96 questão inegociável para ela é que não se limite o tempo de fala. 2) Rodrigo Toledo  
97 comenta que trouxe pontos de negociação, pensando em uma alternativa. 3) Edgar  
98 Rodrigues pondera que as duas propostas apresentadas são inegociáveis. Se é inegociável,  
99 não faz sentido estarem discutindo. 4) Regiane Piva pondera que a ideia do ponto era  
100 organizarem a plenária, de forma que os pontos fossem discutidos, pois mal têm conseguido  
101 sair dos informes. A forma proposta por Rodrigo Toledo traz a questão do tempo de fala,  
102 número de inscrições. Não se trata de um cerceamento de palavra, mas uma organização  
103 para que as pessoas possam falar e as pautas possam ser discutidas. 5) Rodrigo Toledo  
104 pondera que trouxeram as propostas e que o plenário é soberano. Assim, questiona como  
105 lidarão com uma questão que já foi colocada como inegociável. Caso não se tome uma

106 decisão nesse sentido, podem já encerrar este ponto. 6) Aristeu Bertelli cita, como exemplo,  
107 que no Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, que se reúne  
108 semanalmente, as/os conselheiras/os podem falar sem ter seu tempo cerceado ou cortado.  
109 Alguns chegam a, realmente, ficar um tempo extenso e há o respeito à possibilidade de fala.  
110 Se constitui um pacto mínimo de convívio, que é algo que deve ser observado em locais  
111 democráticos, que não podem se pautar dessa forma somente pelo escrutínio de votos,  
112 muitos, inclusive, tentam sustentar a possibilidade de manifestação e de prioridade das  
113 minorias. Se forem lidar apenas com a vontade da maioria, então podem encerrar essa  
114 discussão e o grupo “Cuidar” pode fazer o que desejar. 7) Beatriz Brambilla pondera que o  
115 plenário, atualmente, é composto por dois grupos e que há, portanto, um conflito e que as  
116 forças estão desiguais neste momento. A plenária, quando era composta por um único  
117 grupo, se configurava de outra forma, ainda que houvessem tensões. Assim, neste  
118 momento, a fim de conseguir sustentar um pacto ideológico, de convivência e de gestão,  
119 entende que o encaminhamento mais adequado seria estipular um tempo de fala para que  
120 consigam, inclusive, equalizar as forças. No entanto, não faz sentido votar em um  
121 instrumento burocrático sem que o pacto de convivência esteja posto. Assim, sugere que  
122 avancem para outros pontos de pauta e faz a ressalva para que haja um momento inicial, na  
123 plenária, de socialização das informações, para que o grupo esteja melhor instrumentalizado  
124 para as discussões dos pontos de pauta. **Encaminhamento:** Considerando que não houve  
125 consenso do plenário em relação às propostas apresentadas, o plenário entende que não  
126 haverá uma metodologia formalizada e seguirão os trabalhos da forma como vinha sendo  
127 realizado até o momento. **II) INFORMES (CONTINUAÇÃO) – 2.1) Escuta Especializada e**  
128 **Depoimento Especial** – Larissa Ornelas comenta que essa pauta tem sido muito  
129 discutida pelos Núcleos Criança e Adolescente, Justiça e Assistência Social. Há uma  
130 grande demanda da categoria para que o Conselho se posicione em relação ao  
131 depoimento especial, especialmente, porque começaram, em São Paulo, os cursos de  
132 capacitação para que as/os psicólogas/os iniciem o trabalho de coleta de depoimentos nos  
133 Fóruns. Pelos relatos que têm recebido, as capacitações estão sendo ruins, com alguns  
134 pontos gravíssimos sendo postos, como de que os profissionais são obrigados a fazer sob  
135 risco de levarem um processo administrativo interno do Tribunal. Fizeram uma reunião  
136 ampliada, com a participação de vários coletivos sobre o assunto e depois, em 23 de março,  
137 ocorreu uma reunião com a participação do CRESS/SP – Conselho Regional de Serviço  
138 Social de São Paulo, da AASPTJ-SP - Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do  
139 Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, do Ministério Público, da Defensoria Pública do  
140 Estado de São Paulo e da equipe técnica do CRP SP. Foram criados quatro grupos de  
141 trabalho, sendo que um deles está preparando um vídeo, para a categoria e sociedade,

142 expondo que essa prática, indicando que essa prática não é de psicólogas/os; há também  
143 um GT Jurídico, formado, especialmente, pelo setor jurídico dessas entidades, para pensar  
144 em medidas para barrar o processo administrativamente, considerando os protocolos que  
145 estão obrigando as/os psicólogas/os a cumprir, sendo que o CRP SP não teve atuação na  
146 validação desses protocolos; outro GT organizou uma reunião com a Corregedoria do TJ,  
147 com o intuito de se posicionar na Corregedoria, informando porque contestam algumas  
148 práticas. Foi uma reunião difícil e, a partir disso, foi agendada uma nova reunião. Irão  
149 encaminhar todo o material do protocolo, da capacitação e do projeto que está sendo  
150 desenvolvido. Para poderem fazer a crítica, é importante que conheçam. Essa reunião  
151 deverá ocorrer em junho. Também está sendo organizada uma audiência pública, que deve  
152 ocorrer em junho. O entendimento da juíza da Corregedoria é que é algo benéfico para a  
153 categoria de psicólogas/os, traria mais reconhecimento para a profissão. Enquanto o  
154 Conselho entende que a/o psicóloga/o não deve ser apenas executor de um processo  
155 jurídico, mas, a todo momento a corregedora e as outras pessoas que acompanhavam a  
156 reunião faziam a defesa dessa prática e que se tratava do cumprimento de uma lei federal.  
157 Estão tentando abrir campos de diálogo, se posicionando naquilo que for possível de  
158 maneira a garantir a autonomia profissional. Considerações do plenário: 1) Beatriz Brambilla  
159 pontua que talvez, na negociação, possam pensar na suspensão da prática até que haja um  
160 consenso entre as forças envolvidas nesse debate. Talvez pudessem realizar uma consulta  
161 pública sobre o tema, pelo CREPOP de forma experimental. 2) Aristeu Bertelli pondera que  
162 o CRESS/SP conseguiu, de fato, barrar que o depoimento especial fosse realizado por  
163 assistentes sociais. Questiona se estão vendo alguma possibilidade no campo jurídico de  
164 impedir essa prática. 3) Larissa Ornelas pontua que no Núcleo Justiça tem-se discutido de  
165 levar a questão para a APAF, para realizarem diálogo com os outros CRs. Relata também  
166 que o CRESS está alinhado aos posicionamentos do CRP e também se preocupa com a  
167 possibilidade de que possam demandar os assistentes sociais a colher os depoimentos.  
168 Estão considerando os encaminhamentos jurídico, mas com cautela, porque é o campo do  
169 judiciário. Então, tem-se pensado muito em ações a curto prazo, de se posicionarem  
170 enquanto Conselho, abrirem o campo de diálogo, levar as posições e dialogar com a  
171 categoria. **2.2) Aplicativo** – Ivani Francisco de Oliveira justifica a ausência da jornalista  
172 Gabriela Moncau, que não pode vir a plenária por motivos de saúde. Por isso, não será  
173 possível já tratar sobre a próxima edição do Jornal Psi. A proposta de aplicativo foi  
174 apresentada bem no início da gestão. Entende que se trata de uma possibilidade de articular  
175 a realidade histórico-social das/os psicólogas/os, considerando que no início da gestão  
176 deixaram de entregar o fichário. Traz a proposta final do aplicativo. Explica que o aplicativo  
177 já está pronto e está sendo atualizado com as mudanças do site do SATEPSI, mas ainda

178 não foi colocado em uso ainda porque precisam reformular o site do CRP SP, pois as  
179 informações serão retiradas do banco de dados do site. Relata que a reformulação do site  
180 que contemplará a unificação do banco de dados e, também, características de  
181 acessibilidade. Quando tiverem o novo site, conseguirão colocar o aplicativo em  
182 funcionamento. Relata também que o aplicativo poderá notificar quando o CPR SP iniciar  
183 uma nova transmissão, por exemplo, o que trará ganhos em termos de divulgação das  
184 atividades do CPR SP. Há uma parte onde será possível acessar uma espécie de CIP  
185 virtual. O profissional poderá escolher quais itens devem ficar em destaque no aplicativo,  
186 baseado em seu uso. O aplicativo será atrelado ao site, então precisam da reformulação do  
187 site para colocar o aplicativo para uso. Considerações do plenário: 1) Considerando que o  
188 site será acessível, questiona-se se o aplicativo também será. 2) Ivani Francisco pontua que  
189 está sendo projetado para ser compatível. Avalia que o plenário pode reunir outras  
190 sugestões para que possam encaminhar. 3) Bruna Falleiros comenta que alguns aplicativos  
191 utilizam *QR Code* e, se fosse o caso, poderia colocar no atendimento um leitor de QR no  
192 departamento de atendimento e na entrada dos eventos, o que já identificaria a presença da  
193 pessoa. 4) Karen Dotto explica que embora haja no aplicativo a guia “atendimento ao  
194 profissional” e outra guia “orientação ao profissional”, não haverá um atendimento on-line,  
195 será da mesma forma que é no site. 5) Aristeu Bertelli registra sua preocupação em relação  
196 à CIP digital, no sentido que sejam garantidos os métodos de segurança. Assim, questiona  
197 se foram previstos quesitos de segurança. 6) Guilherme Raggi comenta que na última APAF  
198 foi apresentada a proposta de nova carteira. O GT já concluiu o trabalho e haverá uma nova  
199 carteira de identidade, provavelmente, com QR Code. Terá *chip*, também. Talvez seja  
200 possível integrar o aplicativo com essa nova carteira. 7) Bruna Falleiros comenta que vários  
201 *call centers* possuem serviço de inteligência artificial que responde às questões usuais.  
202 Poderia servir como um filtro e, somente se a pessoa não conseguisse uma solução com  
203 essas respostas é que seria direcionado à COF. 8) Sugere-se que, enquanto não  
204 conseguirem a segurança necessário para que seja uma CIP virtual, que possam utilizar  
205 com o nome de “Meus dados” ou “Meu cadastro”, de forma que não possa ser utilizada com  
206 um documento válido, mas que tenha as informações. **2.3) Repositório Digital** – Rodrigo  
207 Toledo informa que no dia 29 de junho de 2018, será feito o lançamento do repositório  
208 digital. Solicita sigilo sobre quem foi a escolhida para a homenagem, porque ainda será feita  
209 a divulgação. Os familiares da homenageada estarão presentes. **2.4) Campanha de**  
210 **mediação** – Rodrigo Toledo informa que no dia 04 de agosto de 2018 farão o relançamento  
211 da Campanha de Mediação. Será uma atividade aberta à categoria, para entenderem como  
212 vem se dando a mediação e como é possível solicitá-la dentro dos processos éticos. Estão  
213 chamando de relançamento porque a mediação já vem ocorrendo desde 2016, mas essa

214 será a primeira atividade aberta à categoria sobre o assunto. **III) APROVAÇÃO DAS ATAS**  
215 **1991<sup>a</sup> (02/09/17), 1999<sup>a</sup> (07/10/17) E 2007<sup>a</sup> (11/11/17)** – O conselheiro Guilherme Rodrigues  
216 Raggi Pereira submete ao plenária as atas das plenárias 1991<sup>a</sup>, de 02 de setembro de 2017,  
217 1999<sup>a</sup>, de 07 de outubro de 2017, e 2007<sup>a</sup>, de 11 de novembro de 2017, para aprovação do  
218 plenária. As minutas já foram encaminhadas com antecedência para leitura. Considerações  
219 do plenário: 1) Aristeu Bertelli da Silva comenta que já fizeram a leitura de da ata da  
220 Plenária 1991<sup>a</sup> e já encaminharam considerações. No entanto, solicita que as demais sejam  
221 repautadas, a fim de que possam encaminhar fazer a leitura e encaminhar as observações.  
222 2) Regiane Aparecida Piva solicita que as três atas seja repautadas, para que todas/os  
223 consigam efetuar a leitura prévia. **Encaminhamento**: O plenário repauta as três atas para a  
224 plenária ordinária subsequente, a fim de que todas/os possam fazer a leitura e  
225 considerações nos documentos. **IV) APRECIÇÃO DE PROCESSOS PESSOAS FÍSICA E**  
226 **JURÍDICA** – Guilherme Rodrigues Raggi Pereira submete ao plenário a apreciação dos  
227 processos das pessoas física e jurídica inscritas nesse CRP SP. **Encaminhamento**: Foram  
228 subscritos os seguintes processos: Pessoa Física – 544 (quinhentos e quarenta e quatro)  
229 novas inscrições, 115 (cento e quinze) reativações, 13 (treze) inscrições secundárias, 36  
230 (trinta e seis) inscrições por transferência, 454 (quatrocentos e cinquenta e quatro)  
231 cancelamentos a pedido, 40 (quarenta) cancelamentos por transferência, 02 (dois)  
232 cancelamentos de inscrição secundária, 150 (cento e cinquenta) cancelamentos por não  
233 apresentação do Diploma. Pessoa Jurídica – 65 (sessenta e cinco) registros, 06 (seis)  
234 cadastros, 02 (duas) alterações contratuais e 8 (oito) cancelamentos a pedido. Total geral  
235 dos processos administrativos analisados: 1435 (mil, quatrocentos e trinta e cinco),  
236 conforme folha anexa que é parte integrante desta ata. **V) APRECIÇÃO DE TÍTULO DE**  
237 **ESPECIALISTA** – Na modalidade Curso Credenciado deferiu-se 03 (três) na área de  
238 Psicologia do Trânsito, 08 (oito) na área de Psicologia Clínica, 02 (dois) na área de  
239 Psicologia Hospitalar, e, 05 (cinco) na área de Neuropsicologia. Indeferiu-se 01 (um) na área  
240 de Psicologia Clínica. Na modalidade Curso IES deferiu-se 01 (um) na área  
241 Escolar/Educacional, 16 (dezesesseis) na área de Psicologia do Trânsito, 01 (um) na área de  
242 Psicologia Esporte, 07 (sete) na área Psicologia Clínica, 02 (dois) na área Psicologia  
243 Hospitalar, 03 (três) na área Psicopedagogia, 01 (um) na área Psicologia Social, 06 (seis) na  
244 área de Neuropsicologia e 04 (quatro) na área de Saúde. Indeferiu-se 01 (um) na área de  
245 Psicologia Jurídica, 01 (um) na área de Psicologia Social e 01 (um) na área de Psicologia da  
246 Saúde. Na modalidade Concurso deferiu-se 01 (um) na área de Psicologia do Trânsito.  
247 Assim, o total geral é de 64 (sessenta e quatro) títulos de especialistas ratificados, sendo os  
248 60 (Sessenta) deferidos e 04 (quatro) indeferidos, conforme folha anexa que é parte  
249 integrante desta ata. **VI) CREDENCIAMENTO DE SITES** - Foram analisados 45 (quarenta e

250 cinco) processos. **Encaminhamento:** O plenário concedeu parecer favorável a 21 (vinte e  
251 um) pedidos com protocolos: 406459362 (06/134392), 106800823 (06/69499), 706159584  
252 (06/40868), 101245203 (06/90459), 106748166 (06/128111), 806561678 (06/113154),  
253 406748198 (06/133648), 806248342 (06/112695), 406048024 (06/103453), 706748240  
254 (06/131282), 106417946 (06/113092), 406248940 (06/112788), 006746908 (06/81842),  
255 706548507 (06/67970), 006549064 (06/114911), 006659352 (06/118389), 406342637  
256 (06/35785), 606649045 (06/115393), 406347410 (06/113311), 206443432 (06/101297  
257 5646/J), 106748458 (06/66331). Parecer desfavorável a 11 (onze) pedidos com protocolos:  
258 706746407 (06/139517), 106316377 (06/119079), 306744846 (06/114054), 106241446  
259 (06/28429), 006646323 (06/137668), 406140294 (06/122127), 106146660 (06/140040),  
260 606845285 (06/119629), 606145218 (06/119015), 806546937 (06/124342), 406747420  
261 (06/129206). Parecer não se aplica para 12 (doze) pedido com protocolo 506344693  
262 (06/135913), 006147538 (06/73702), 406045972 (06/69310), 006147161 (06/129185),  
263 206645294 (06/116580), 106047260 (06/134460), 706643928 (06/48803), 006743752  
264 (06/110470), 806545226 (06/124138), 506844881 (06/76255), 206159276 (06/80751),  
265 206244522 (06/31530). E, de cancelamento para 1 (um) pedido com protocolo 006142470  
266 (06/116324). Conforme folhas anexas que é parte integrante desta ata. **PRIORIZAÇÃO DA**  
267 **PAUTA** – Luciana Stoppa dos Santos pontua que há diversos pontos que precisam discutir  
268 e indica a priorização do ponto “Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças  
269 – APAF”, justifica que a APAF já será realizada na próxima semana. A mesa diretora,  
270 então, apresenta como proposta de pontos a serem priorizados “Comissão de Ética – COE”,  
271 “Comissão de Orientação e Fiscalização – COF”, “Sindicância 03/2017”, “Comissão de  
272 Sindicância - Registro Duplicado de Psicóloga/a”, “Criação do GT sobre a Construção de  
273 Ações do Mês da Psicologia”, “Redes Sociais”, “Assembleia das Políticas, da Administração  
274 e das Finanças – APAF” e “Recomposições”, sendo o teto de horário da plenária às 17  
275 horas. Considerações do plenário: 1) Sugere-se que os pontos mais breves sejam  
276 discutidos antes do almoço: “Sindicância 03/2017”, “Comissão de Sindicância - Registro  
277 Duplicado de Psicóloga/a” e “Criação do GT sobre a Construção de Ações do Mês da  
278 Psicologia”. 2) Questiona-se se o ponto da Comunicação (Redes Sociais) precisa ser  
279 passado nessa plenária, uma vez que a discussão sobre a APAF toma bastante tempo. 3)  
280 Ivani Francisco de Oliveira relata que gostaria de manter o ponto, pois entende que será  
281 breve. 4) Dessa forma, sugere-se que a discussão do ponto “Redes Sociais” seja feita  
282 também antes do almoço, restando somente “Assembleia das Políticas, da Administração e  
283 das Finanças – APAF” e “Recomposições” para o período da tarde. **Encaminhamento:** O  
284 plenário definiu a prioridade de pauta: Manhã - “Comissão de Ética”, “Comissão de  
285 Orientação e Fiscalização”, “Sindicância 03/2017”, “Comissão de Sindicância - Registro



286 Duplicado de Psicóloga/a”, “Redes Sociais” e “Criação do GT sobre a Construção de Ações  
287 do Mês da Psicologia”; Tarde - “Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças  
288 – APAF” e “Recomposições”. **VII) COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO E**  
289 **COMISSÃO GESTORA METROPOLITANA** – Karen Meira Dotto comenta que realizaram  
290 uma reunião com a membra da Comissão Gestora Metropolitana, Zilma Silva dos Santos  
291 Nascimento, pois Magna Barboza Damasceno está de licença médica. Explicaram para ela  
292 as propostas da plenária. Tentaram combinar que sempre participe um membro da CG  
293 Metropolitana nas reuniões da COF. Zilma contou que estão tendo uma aproximação da  
294 COE, que a CG tem considerado importante. Ela ficou de levar a proposta para a Comissão  
295 Gestora Metropolitana. O combinado foi repautarem a questão em alguma plenária que  
296 Magna Damasceno estivesse presente, uma vez que ela faria a articulação entre o plenário  
297 e a Comissão Gestora. Assim, apenas estão trazendo a informação de que os diálogos  
298 foram iniciados, mas precisam que Magna esteja presente. A Comissão Gestora ficou de  
299 organizar sua agenda para que os membros possam participar das reuniões de COF,  
300 quando for possível. **Encaminhamento:** O assunto deve ser repautado para quando a  
301 conselheira Magna Barboza Damasceno esteja presente. **VIII) COMISSÃO DE ÉTICA -**  
302 **COE – 8.1) Retorno de encaminhamentos de Plenárias Éticas** – Rodrigo Toledo retoma  
303 que o ponto se refere a um assunto já discutido anteriormente em plenária, como informe,  
304 mas solicitou-se que fosse pautado como ponto. Questionavam sobre os encaminhamentos  
305 dados pela COE a partir das decisões das plenárias éticas. A COE estava providenciando  
306 os encaminhamentos de tudo que era solicitado nas plenárias. Entenderam que estavam  
307 apontando a necessidade de trazer as informações de forma mais explícita, assim, todo  
308 encaminhamento de plenária é colocado em uma pasta, com sumário, em que há todas as  
309 informações sobre as providências tomadas. Entenderam que dessa forma, a informação  
310 seria de acesso de todas/os. Considerações do plenário: 1) Bruna Falleiros comenta que foi  
311 ela quem trouxe a questão, mas está com a sensação de que não foi bem compreendida.  
312 Sua questão era que nas plenárias éticas aprofundam a discussão sobre a produção de  
313 pareceres e essa discussão tem sido anotada em ata, mas essas questões precisam circular  
314 para todas/os conselheiras/os, para que possam produzir um melhor alinhamento da  
315 produção dentro das plenárias éticas. Foi no sentido de aprimorarem o que fazem nas  
316 plenárias éticas, para que as discussões não fiquem se repetindo toda vez que mudar o  
317 grupo de conselheiras/os que está participando da plenária. 2) Rodrigo Toledo recorda que  
318 a questão foi trazida à plenária de fevereiro e que tinha entendido a solicitação de Bruna.  
319 Mas o conselheiro Ed Otsuka solicitou retorno sobre os encaminhamentos de consulta que  
320 tiravam nas plenárias. 3) Bruna Falleiros comenta que, pelo que se recorda da fala de Ed  
321 Otsuka, havia a solicitação de que o Núcleo Saúde participasse da discussão sobre como

322 produziram pareceres sobre comunidades terapêuticas, pois entendia-se a necessidade de  
323 qualificação desses pareceres. 4) Rodrigo Presotto comenta que na última reunião do  
324 Núcleo Saúde não conseguiram discutir, mas já houve a provocação das Comissões de  
325 Ética e de Orientação e Fiscalização, inclusive sobre a proposta de Resolução para não  
326 conceder registro para Comunidades Terapêuticas. 5) Rodrigo Toledo informa que não faz  
327 separação entre o burocrático/administrativo e o político. O que precisa ser garantido está  
328 nas orientações e sugere que todos que forem coordenar uma plenária ética que retomem o  
329 manual de orientações, que sempre está disponível, para tirar as dúvidas. Então, pode-se  
330 utilizar tanto a pasta que foi criada, quando o manual de informações. A pasta está  
331 sumarizada cronologicamente, mas podem organizá-la por temas, também.  
332 **Encaminhamento:** A pasta preparada pela Comissão de Ética deve ser organizada por  
333 temas, para facilitar a consulta. **8.2) Justificativas de Plenárias Éticas** – Rodrigo Toledo  
334 comenta que em todas as plenárias éticas, quando encaminham a convocatório, vêm  
335 solicitando que as conselheiras justifiquem, caso não possam participar. Incluíram na  
336 convocação a solicitação de justificativa, a partir de casos em que conselheiras/os que  
337 haviam confirmado participação, não compareceram, o que impediu a realização. Vinicius  
338 Cesca entendeu como abusivo esse pedido e o assunto foi pautado em fevereiro. Somente  
339 nesta plenária está sendo possível a discussão. A partir desse questionamento, solicitaram  
340 um parecer jurídico, que apontou não ser abusivo o pedido. Relata que há muitas/os  
341 conselheiras/os que apontam impossibilidade de participar de plenárias em determinados  
342 dias ou horários, mas do ponto de vista administrativo, é difícil lidar com essa organização,  
343 até porque há rodizio entre os administrativos do Departamento de COE que tratam da  
344 organização da plenária. Assim, pensando inclusive do ponto de vista da saúde do  
345 trabalhador, solicitam essa justificativa. Diz o Parecer *“Na qualidade de autarquia, os  
346 conselhos estão sob a égide do direito público, devendo submeter aos direitos  
347 constitucionais da Administração Pública. No artigo 37 da Constituição Federal, indica os  
348 princípios constitucionais da Administração Pública, a legalidade, a impessoalidade, a  
349 moralidade, a publicidade e eficiência. Na mesma esteira o processo disciplinar funcional  
350 deve observar rigorosamente o princípio devido, o processo legal se coaduna com o  
351 princípio da legalidade. O devido processo legal, como princípio constitucional, significa o  
352 conjunto de garantia de ordem institucional que assegura às partes a observância estrita das  
353 normas processuais. Seguindo esta linha de raciocínio, entendemos que a plenária ética  
354 deve observar a formalidade do devido processo legal, sendo que cada plenária é analisado  
355 processos distintos, sendo necessários que as justificativas de ausência sejam específicas  
356 para aquele ato determinado. Nesse sentido, entendemos não ser abusivo solicitar a  
357 justificativa a cada plenária e sim uma necessidade para revestir cada ato processual, com o*

358 *intuito de formalizar o devido processo legal*”. Considerações do plenário: 1) Bruna Lavinias  
359 Falleiros resgata que não ha distinção entre conselheiras titulares e suplentes para compor  
360 o quórum das plenárias ordinárias e éticas. Caso assumam o funcionamento solicitado,  
361 precisam rever outras questões, como a participação de suplentes na plenária. Pois,  
362 suplentes não precisam justificar ausência, uma vez que somente convocam suplentes  
363 porque há um acordo. Então, convocariam somente as conselheiras/os efetivas/os e, na  
364 justificativa dessas/es, convocariam as/os suplentes. O Parecer traz o devido processo e o  
365 devido processo é esse. Porém, flexibilizam esse processo para não sobrecarregar  
366 algumas/uns conselheiras/os e garantir que haja quórum suficiente para as plenárias. 2)  
367 Aristeu Bertelli entende que estão criando burocracias e, pela letra da lei, a convocação  
368 deve ser pessoalíssima e, com a justificativa das/os titulares, convoca-se as/os suplentes.  
369 Então, se forem seguir o processo legal, devem cumprir totalmente. 3) Bruna Falleiros  
370 considera a proposta apresentada por Rodrigo Toledo contraproducente. Questiona qual o  
371 uso das informações de justificativas, se reverberará na forma como estão se organizando.  
372 Não entende a lógica, uma vez que já indicam o nome nas plenárias que participarão. 4)  
373 Regiane Aparecida Piva considera que o importante é que cada um já considere suas  
374 possibilidades de participação, no momento em que discutirem o calendário. 5) Rodrigo  
375 Presotto entende que precisam de um instrumento que os ajude a planejar melhor. 6)  
376 Aristeu Bertelli traz que, até o momento, trabalhavam com isonomia, igualdade,  
377 horizontalidade entre conselheiras titulares e suplentes, mas esse combinado não consta  
378 em lei e, por lei, cabe a titulares justificarem ausência e o suplente deve ser convocado na  
379 ausência do titular. Precisam pensar em uma nova ferramenta, afim de que não seja preciso  
380 justificar em todas as plenárias, uma vez que há impossibilidade posta em algum dia da  
381 semana ou horário. Precisam ter um pacto para uma melhor composição e não se trata de  
382 uma responsabilidade somente da Comissão de Ética, mas do plenário, como um todo. 7)  
383 Rodrigo Toledo comenta que não entram no mérito sobre a justificativa dada, apenas  
384 precisam saber que a/o conselheira/o não irá. E que pedem a justificativa quando o quórum  
385 não está composto. 8) Sugere-se que o encaminhamento seja levado à votação das  
386 propostas. 9) Bruna Falleiros relata que é diferente solicitar justificativa apenas quando não  
387 há quórum composto de se solicitar que sempre seja apresentada justificativa. Quando já há  
388 composição do quórum, não ser necessária a apresentação de justificativa. 9) Indica-se que  
389 a proposta de apresentarem as justificativas foi dada pelos trabalhadores. Assim, entende-  
390 se que caberia uma consulta para verificar se mantém essa proposta ou se pensam que  
391 pode ser feito de outra forma. **Encaminhamento:** Será feita consulta aos funcionários da  
392 COE sobre a melhor forma de solicitar as justificativas, se sempre ou somente quando há  
393 quórum incompleto. O assunto não deve retornar à Plenária para discussão, será feito da

394 forma como os trabalhadores indicarem. Rodrigo Toledo fica responsável por comunicar a  
395 plenária a forma que será adotada. **8.3) Câmara de Ética Profissional** – Rodrigo Toledo  
396 comenta que há uma atividade que é da Câmara de Ética Profissional, que será finalizada  
397 no próximo mês e, a partir dessa atividade, propõe o encerramento dessa Câmara. Porque  
398 entendem que a COE é o órgão de assessoria das atividades e, dessa forma, continuarão  
399 disponíveis a todos os núcleos e comissões que desejarem. Reginaldo Branco da Silva  
400 explica que a metodologia adotada foi de pensar quais as questões que mais aparecem  
401 relacionadas a determinado tema. A Câmara pensou em 13 (treze) perguntas que estarão  
402 no site, e que poderão ser acessadas pela categoria. Rodrigo Toledo complementa que as  
403 discussões podem permanecer, mas que não faz sentido que seja nessa Câmara.  
404 Considerações do plenário: 1) Bruna Falleiros questiona o porquê da extinção, uma vez que  
405 a Câmara teve uma produção interessante. Considera que o Depoimento sem Dano poderia  
406 ser um próximo tema a ser discutido dentro dessa Câmara. 2) Regiane Aparecida Piva  
407 entende que devem pensar em formas de manter as discussões. Considera que utilizaram  
408 uma metodologia interessante, que trouxe a possibilidade de orientações, no COF, sobre  
409 demandas que comumente vão para processo ético. Sugere que seja publicado o que foi  
410 produzido até o momento. 3) Reginaldo Branco pondera que podem trazer o resultado do  
411 trabalho na plenária de julho, quando poderão debater se a Câmara será mantida ou se  
412 haverá a criação de um outro espaço. Caso definam a manutenção da Câmara, registra que  
413 não poderá permanecer na sua coordenação. 4) Rodrigo Toledo traz que a decisão de  
414 encerrar a Câmara está ligada a falta de disponibilidade das/os conselheiras/os da COE.  
415 Trata-se de um espaço potente de discussão, mas o Núcleo Saúde, que discute a questão  
416 das comunidades terapêuticas, não tem participado dessas discussões. Os debates  
417 precisam ser construídos pelos Núcleos, que tem o estofo necessário para discussão das  
418 temáticas e a COE se coloca à disposição na construção. 5) Rodrigo Presotto propõe como  
419 encaminhamento que ele possa levar a questão para a próxima reunião do Núcleo Saúde,  
420 que será em 26 de maio, a fim de discutirem o que estava sendo construído. Após, dará um  
421 retorno aos representantes da Comissão de Ética, com relação ao encaminhamento.  
422 **Encaminhamento:** O assunto será discutido na próxima reunião do Núcleo Saúde, que  
423 deverá trazer retorno à plenária. Com isso, a COE encerra os trabalhos da Câmara de Ética.  
424 **8.4) Oficinas de Documentos Escritos** – Rodrigo Toledo comenta que já receberam das  
425 subsedes os seus planejamentos de oficinas sobre documentos escritos, cujo centro de  
426 custo é da COE. Irão indicar quais valores serão possíveis de serem utilizados.  
427 Considerações do plenário: 1) Regiane Piva comenta que no GT Maternidades, da  
428 Defensoria Pública, observaram que há questões específicas relacionadas a produção de  
429 documentos escritos. A conselheira Maria Mercedes Guarnieri, em conjunto com Helena

430 Andreoli, fizeram um encaminhamento de chamar outras psicólogas que têm acompanhado  
431 o debate do GT Maternidades, para construção de um debate amplo, trazendo também a  
432 discussão sobre a nova lei da adoção, do sequestro dos bebês das mulheres usuárias de  
433 álcool e outras drogas, no período da manhã. E, no período da tarde, uma oficina de  
434 documentos escritos para a produção desses documentos. Talvez, também pudessem  
435 contemplar a forma de produzir um documento que expresse o processo de defesa dos  
436 direitos das mulheres. 2) Rodrigo Toledo pontua que podem construir essa discussão em  
437 parceria da COE e da COF. Reforça que as subsedes receberão a informação sobre o valor  
438 disponível para cada oficina. A COE fará o rateio. **8.5) Impressões Plenárias na COE –**  
439 Rodrigo Toledo informa que houve uma situação relacionada à COE que gerou uma  
440 Sindicância e o relatório dessa Sindicância encaminhou uma questão relacionada às  
441 impressões para plenárias éticas. Consideram que a solicitação será inviável de ser  
442 cumprida. **8.6) Confirmação de quórum mínimo para Plenárias Éticas e Julgamento –**  
443 Rodrigo Toledo relembra que encaminharam ao CFP a solicitação de alteração do Art. 49 do  
444 Regimento Interno, para diminuição do quórum mínimo para as plenárias e ainda estão  
445 aguardando resposta. Nesse sentido, reforça que circularam a pasta de disponibilidades  
446 para as plenárias éticas e apenas tiveram duas pessoas que indicaram disponibilidade para  
447 a plenária de 23 de junho. Portanto, ainda não há quórum para a realização dessa plenária.  
448 **INTERVALO** – Bruna Falleiros justifica sua ausência no período da tarde, por motivos  
449 familiares. Às 13h15 a plenária é interrompida por uma hora, para almoço. Às 14h25 a  
450 plenária é reiniciada. **IX) COMISSÃO DE SINDICÂNCIA - REGISTRO DUPLICADO DE**  
451 **PSICÓLOGA/O** - Guilherme Rodrigues Raggi Pereira comenta que a Diretoria propõe ao  
452 plenário a abertura de uma Sindicância. Relata que uma psicóloga se inscreveu no CRP SP  
453 em 1989 e, algum tempo depois, solicitou o cancelamento de sua inscrição. Em 1997, outra  
454 psicóloga, homônima, solicitou sua inscrição no CRP SP e, por um erro administrativo, a  
455 equipe do CRP SP, ao invés de abrir uma nova inscrição, fez a reativação da inscrição da  
456 primeira psicóloga. Desde então, essa psicóloga tem utilizado o número de inscrição da  
457 outra. No ano passado, a psicóloga a qual o número de inscrição se referia, efetivamente,  
458 solicitou a reativação de seu registro junto ao CRP SP. Assim, perceberam o equívoco.  
459 Dessa forma, a Diretoria indica a instauração de uma Comissão de Sindicância para que  
460 possam avaliar qual foi o equívoco. Entendem que se trata de um caso simples, que não  
461 necessitará de muitos encontros dessa Comissão. Ainda, que a Diretoria não está impedida  
462 de compor essa Comissão. Nesse sentido, se disponibiliza a participar da Comissão,  
463 podendo, inclusive presidi-la, se for o caso. **Encaminhamento:** O plenário instaura  
464 Comissão de Sindicância para apurar o registro de duas psicólogas com o mesmo número  
465 de inscrição junto ao CRP SP. A Comissão será composta por Guilherme Rodrigues Raggi

466 Pereira, enquanto presidente, e Ivana do Carmo Souza e Regiane Aparecida Piva, enquanto  
467 membras. Será publicada Portaria de nomeação da Comissão e, logo após, poderá ser dado  
468 início aos trabalhos. **X) COMISSÃO DE SINDICÂNCIA Nº 03/2017 - PORTARIA 50/2017** –  
469 Guilherme Raggi informa que o conselheiro Vinicius Cesca de Lima havia encaminhado a  
470 solicitação de prorrogação de prazo para a apresentação dos trabalhos dessa Sindicância.  
471 **Encaminhamento:** O plenário aprova a prorrogação do prazo para apresentação dos  
472 trabalhos da Sindicância por mais 30 (trinta) dias. **XI) CRIAÇÃO DO GT SOBRE A**  
473 **CONSTRUÇÃO DE AÇÕES DO MÊS DA PSICOLOGIA** – Guilherme Rodrigues Raggi  
474 Pereira informa que a mesa diretora possui uma proposta de composição para apresentar  
475 ao plenário, para que possam discutir e encaminhar a criação desse GT, que será  
476 responsável por planejar as atividades do Dia da Psicóloga. Entendem que deve ser feito  
477 algo capilarizado em todo o estado, que tenha pacto. O próximo Fórum de Gestoras terá  
478 como mote o Dia da Psicóloga e pensar nas estratégias finais da gestão, para pensar no  
479 legado que deixarão. A sugestão é que o GT seja composto por COE, COF, CPP e CDH,  
480 Diretoria e Subsedes. Considerações do plenário: 1) Beatriz Mattos entende que podem  
481 aproveitar o espaço para pensarem sobre o que estão entendendo como Dia da Psicóloga.  
482 Na última celebração deste dia, tiveram um debate centrado na lógica do protagonismo da  
483 Psicologia. No 18 de maio viram um protagonismo enorme das usuárias e usuários nas  
484 ruas. Faz o indicativo de que ao pensar as ações, o GT considere as demandas que são dos  
485 territórios e de demandas que são da sociedade de maneira geral. Podem avaliar questões  
486 que chegam via COE e via COF de dúvidas das psicólogas. Podendo algumas atividades  
487 explicitar essas dúvidas e outras demandas, principalmente relacionadas às relações com a  
488 justiça ou ao campo da educação, da medicalização. Podem aproveitar o espaço para  
489 pensar o que a sociedade demanda do CRP e da categoria de posicionamentos e podem  
490 produzir esses diálogos. Sugere que nomeiem quem comporá o GT e encerrem o ponto.  
491 Caso, ao final da plenária, após a discussão sobre a APAF, tiverem tempo, retomam esse  
492 debate. 2) Sugere-se que o GT faça a discussão e apresente sua proposta na próxima  
493 plenária ordinária. **Encaminhamento:** O plenário aprova a criação do GT para planejar as  
494 nas atividades de Dia da Psicóloga. O GT será composto por Luciana Stoppa dos Santos  
495 (Diretoria), na coordenação, Rodrigo Toledo (COE), Regiane Piva (COF), Maria Mercedes  
496 Guarnieri (CDH), Beatriz Brambilla (CPP), Ivani Francisco (Comunicação), Rodrigo Presotto  
497 (Subsedes) e Caio César Portela (Subsedes). O GT deverá pensar em uma proposta de  
498 ação para o Dia da Psicóloga, com base na sugestão de Beatriz Mattos, e apresentar na  
499 próxima plenária ordinária. **XII) REDES SOCIAIS** – Ivani Francisco de Oliveira comenta que  
500 sua sugestão é de elaboração de um memorando para as subsedes, comissões e núcleos a  
501 respeito da utilização das redes sociais do CPR SP. Relata que o CRP é muito atacado

502 nesses veículos quando faz publicações acerca das ações políticas. Assim, está pensando a  
503 Comunicação de forma que a psicóloga se reconheça na página do CPR, que possa  
504 acessar aos materiais de orientação. Então, irão mesclar as ações políticas de defesa, mas  
505 trazer sempre o formato de um serviço para categoria profissional. Os trabalhadores do  
506 Departamento de Comunicação elaboraram um texto sobre o assunto: *“Estamos adequando*  
507 *a utilização das redes sociais do CRP-SP, com o intuito de otimizar a comunicação com o*  
508 *público externo e focar no que é pertinente para a Psicologia, psicólogas e público em geral.*  
509 *A página do Facebook tem o intuito de divulgar notas, produções e eventos do CRP-SP.*  
510 *Também recebemos muitas mensagens sobre atendimento e orientação. Em algumas*  
511 *situações, conseguimos encaminhar essas solicitações aos departamentos devidos, porém,*  
512 *por não se tratar de um canal oficial para tais serviços, normalmente pedimos às/aos*  
513 *usuárias/os que entrem em contato por e-mail ou telefone”*. Ivani Oliveira acrescenta que  
514 recebem no *inbox* do Facebook diversas reclamações, inclusive algumas não relacionadas  
515 com este Regional. A maioria das questões são encaminhadas ao Atendimento e à COF, e  
516 algumas, mais simples, respondem pela própria Comunicação. Tem replicado na página  
517 publicações de informações à categoria, como a forma de imprimir boletos. *“Já a página do*  
518 *Instagram é utilizada para divulgação de notas e eventos que exigem maior divulgação,*  
519 *dentro da lógica da plataforma (textos e vídeos mais curtos, stories e transmissões ao vivo*  
520 *para alguns eventos específicos)”*. Ivani Francisco explica que muitas pessoas não utilizam  
521 o Facebook, apenas o Instagram e, por isso, também o utilizam para divulgar as notas, e os  
522 eventos que requerem uma maior divulgação, mas precisa ser dentro da lógica da  
523 plataforma, com textos e vídeos mais curtos. Também trabalham com as histórias, que ficam  
524 disponíveis por 24 horas. *“Por causa das especificidades das redes sociais e do público*  
525 *variado e distribuído por todo o país, não consideramos pertinente fazer, nas redes sociais,*  
526 *divulgação de feriados municipais, aviso de problemas técnicos temporários, redução no*  
527 *horário de atendimento em dias específicos ou não-funcionamento da sede ou subsedes,*  
528 *exceto em casos extraordinários (greves, feriados nacionais ou períodos de recesso)”*.  
529 Como é para todo o público que segue as redes sociais do CRP, Ivani explica que não  
530 entendem efetivo divulgar a redução do horário de atendimento em dias específicos ou o  
531 não funcionamento da sede, e, principalmente, das subsedes. Talvez seja mais efetivo  
532 utilizar o mailing de e-mails das psicólogas da região, porque a comunicação só implicará  
533 aquele público. Inclusive, porque há memória das publicações. Relata que é ruim quando  
534 fazem toda a divulgação de um evento e, de último momento, o evento é cancelado, assim  
535 como divulgar um evento e depois alterar data, horário, local, pessoas que participarão.  
536 Tudo isso tira a credibilidade. Assim, a Comunicação pensou em alguns requisitos mínimos:  
537 *“A elaboração do material de divulgação deve obedecer aos requisitos mínimos: Logo: O*

538 material de divulgação deverá conter o logo do CRP; Resumo da ação: conter um resumo,  
539 texto entre 4 a 5 linhas que resuma a ação; Informações básicas: Título da ação; Data e  
540 horário (no caso de evento, inserir também o horário de término); Local (número da  
541 sala/auditório e endereço completo); Público-alvo (se houver um público-alvo específico);  
542 Forma de inscrição (se houver); Nome do palestrante (se houver); Link que forneça mais  
543 informações sobre a ação (se houver); No caso de uma ação em que ocorra exibição de  
544 filmes, inserir informações a respeito da faixa etária indicativa e a duração do(s) filme(s).  
545 O material de divulgação deve obrigatoriamente conter a informação de que a ação  
546 é gratuita”. Relata que algumas vezes os trabalhadores são demandados da elaboração de  
547 uma arte sobre determinada temática, mas não dizem qual será a atividade ou material a ser  
548 produzido. Relata que se trata de um departamento pequeno, que atende a todos os  
549 coletivos e às subsedes. Também são demandados pelo apoio que o CPR SP dá às  
550 entidades da Psicologia. “Ao solicitar uma arte é necessário dar informações e instruções  
551 concisas e objetivas sobre a tarefa a ser executada. Visando o uso consciente dos recursos  
552 humanos e financeiros devemos solicitar a elaboração de arte, a criação de eventos  
553 somente após discussão e consenso no núcleo e/ou comissão gestora, bem como nas  
554 comissões permanentes e GTs”. O Departamento sempre encaminha a ela o que estão  
555 fazendo e, a menos que ela observe que algo não está adequado, eles seguem produzindo.  
556 Mas ela está atenta a se a ação para qual é solicitada arte ou divulgação está adequada em  
557 relação ao Planejamento Estratégico, por exemplo. Considerações do plenário: 1) Beatriz  
558 Borges Brambilla pondera que as demandas tem sido trabalhadas por poucos membros do  
559 plenário. Ainda, cita que a relação com o departamento de Eventos é difícil, burocratizado,  
560 segue uma lógica própria, que não é a lógica do processo concreto, real. Não divulgam um  
561 evento até que se tenha os nomes confirmados, o que considera ruim, porque os eventos  
562 ficam com suas divulgações atravancadas. Considera também que não há muita  
563 disponibilidade para as que atividades sejam realizadas em espaços externos ao CPR SP.  
564 Algumas vezes, acabam atrapalhando na organização. Precisam pensar na política de  
565 comunicação do CPR SP, da necessidade de uma assessoria e da revisão dos fluxos  
566 relacionados ao setor. Registra, também, seu agradecimento ao funcionário Paulo Mota, da  
567 Comunicação, que tem sido muito prestativo. 2) Maria Rozineti Gonçalves comenta que o  
568 processo de implantação do novo PCCS deve ser concluído no começo do segundo  
569 semestre. Assim, dentro do possível, podem discutir a contratação de uma assessoria para  
570 a Comunicação. Mas precisam decidir enquanto plenário, para que possam fazer os  
571 remanejamentos orçamentários, se o caso. Com relação ao exposto sobre o setor de  
572 Eventos, vêm percebendo a necessidade de repensar os fluxos e os processos de trabalho  
573 do setor, para otimizar. Existe uma grande demanda de trabalho e de contratação que



574 impactam a gestão. Então, precisam pensar como acompanharão e ajudarão o setor de  
575 eventos. Ressalta também que há parceiros que solicitam ao CRP a produção de artes para  
576 eventos que estão fazendo. Entende que podem fazer a divulgação da atividade, mas é  
577 complicado colocarem os funcionários para trabalharem fazendo essas artes. Entendem que  
578 precisam ter critérios para isso, com o preenchimento do Formulário de Solicitação de Apoio  
579 e Parceria, e então o CRP SP pode solicitar como contrapartida que conste seu logo como  
580 apoiador. Recentemente, tiveram problemas em relação a isso, porque ficou parecendo que  
581 não estavam querendo apoiar o movimento social, mas, apenas querem respeitar a  
582 institucionalidade. E, nos casos de eventos de entidades e movimentos sociais parceiros, é  
583 importante que o Núcleo afim da temática se manifeste sobre a divulgação. 3) Ivana do  
584 Carmo pontua que não há um fluxo estabelecido. As informações chegam de diversas  
585 formas e parece ficarem organizadas apenas em cada unidade. 4) Ivani Francisco concorda  
586 que não necessita do nome da/o palestrante para divulgar um evento, mas também não dá  
587 para sem a indicação de horário, de local, da proposta do evento e quem é o responsável  
588 pelo evento. Entende que é feito de uma forma na sede e outra nas subsedes, inclusive pelo  
589 número de funcionários. Podem criar um grupo de trabalho para pensar a lógica das  
590 divulgações, porque muitos eventos são encaminhados via site e são divulgados, sem  
591 muitos critérios, então, questiona qual se configuraria como apoio. E em outros que o CRP  
592 SP presta apoio financeiro, entende que se o solicitando não pediu divulgação, o CRP SP  
593 não deve se comprometer com isso, já para parcerias, entende que todas deveriam ser  
594 divulgadas, assim como as representações do CRP. Nesse sentido, pede que as/os  
595 conselheiras/os encaminhem fotos do evento em que esteve, com um texto sintetizando a  
596 participação. Entende que o Formulário de Eventos traz muitas coisas essenciais, mas a  
597 gestão acaba não respeitando os fluxos. Entende que a estrutura funciona bem, quando a  
598 respeitam. Pondera que o plenário deve decidir a contratação de uma assessoria ou de uma  
599 funcionária para ser responsável pela Comunicação, que tenha disponibilidade de tempo  
600 para pensar a comunicação do CRP SP. 5) Guilherme Raggi comenta que há uma ação do  
601 Planejamento Estratégico que era para pensar na comunicação interna e externa, mas onde  
602 foi alocado um valor baixo. Contratar uma assessoria implicaria terem que remanejar de  
603 várias rubricas. Pensou que talvez pudessem contratar um Planejamento Estratégico de  
604 Marketing, alguém especializado em mídias sociais ou que entenda do assunto, que  
605 proponha como fazer ações de alto impacto, fazendo uma espécie de Seminário. E, podem  
606 ter uma pessoa que tocará o trabalho internamente. 6) Ivani Francisco relata, ainda, que há  
607 demora para subir os vídeos dos eventos para o YouTube, porque os vídeos são muito  
608 longos e demora muito tempo. Muitas vezes, a conexão cai e precisam reiniciar o trabalho.  
609 Desde a época em que Erika Almeida era assessora da Comunicação, já pensavam que

610 cada responsável poderia indicar trechos mais importantes do vídeo, para que pudessem  
611 divulgar nas redes, chamando o público a assistir o vídeo completo no YouTube. 7) Luciana  
612 Stoppa entende que podem começar a fazer o objeto para contratação da assessoria para a  
613 construção estratégica da publicização das ações, para a comunicação estratégica, o que  
614 auxiliará a/o profissional que será contratada/o, que será possível com o novo PCCS.  
615 **Encaminhamentos: 1)** As divulgações de eventos podem ser feitas ainda que sem o nome  
616 da/o palestrante. No entanto, é importante que haja o escopo da atividade. **2)** Para  
617 divulgação de representações, deve-se encaminhar fotos da atividade e um texto breve  
618 explicando sobre a representação e o evento. **3)** Que os responsáveis por uma atividade  
619 com transmissão possam indicar tempo inicial e final de uma fala, para produção de  
620 pequenos vídeos a serem divulgados na rede e que ajudem na divulgação dos vídeos  
621 completos no YouTube. **4)** Ivani Francisco produzirá um texto de orientação sobre as  
622 questões ligadas à Comunicação e encaminhará a Secretaria, para que seja enviado como  
623 Memorando a todas/os. Os Formulários de Eventos e de Apoios e Parcerias devem ser  
624 respeitados. **5)** Aprova-se a criação de um GT para repensar os fluxos do Departamento de  
625 Eventos formado por Maria Rozinetti Gonçalves, na coordenação, Beatriz Brambilla e Beatriz  
626 Mattos. Indica-se, ainda, que as subsedes podem indicar representantes para esse GT. **6)**  
627 Aprova-se a contratação de uma assessoria para um planejamento estratégico de  
628 comunicação e imagem da Psicologia no Estado de São Paulo para o CRP. Alguma  
629 entidade especializada no assunto. Em paralelo, será contratada uma trabalhadora para  
630 assessorar esse trabalho. **XIII) ASSEMBLEIA DAS POLÍTICAS, DA ADMINISTRAÇÃO E**  
631 **DAS FINANÇAS – APAF –** Luciana Stoppa dos Santos comenta que a pauta da APAF que  
632 será realizada em maio tem muitos pontos. Precisam definir quais serão as prioridades para  
633 o CRP SP, que serão as defesas que farão na APAF. Considerações do plenário: **1)**  
634 Monalisa Muniz entende que devem também pensar em quais GTs podem ser compostos,  
635 para que pensem quais o CRP SP tentará compor. **2)** Regiane Aparecida Piva pontua que é  
636 importante que o plenário esteja atento e disponível, para caso a delegação precise  
637 consulta-los. Solicita que, quem puder, assista à transmissão online. Pontua que talvez seja  
638 criado um GT sobre a questão da Resolução para Comunidades Terapêuticas. **3)** O plenário  
639 indica como prioridades: Grupos de Trabalho da APAF - 1. Revisão da Política de  
640 Orientação e Fiscalização do Sistema Conselhos de Psicologia; Grupos de Trabalho da  
641 APAF - 2. Evidenciar a Resolução nº 018/2002 (Estabelece normas de atuação para os  
642 psicólogos em relação a preconceito e discriminação racial); Grupos de Trabalho da APAF -  
643 5. Unificado: - PL Osmar Terra - Internação Forçada de Usuários de Álcool e Outras Drogas;  
644 Grupos de Trabalho da APAF - Demandas do Judiciário e Ministério Público aos Psicólogos  
645 que atuam nas Políticas de Saúde e Assistência Social; Grupos de Trabalho da APAF - 10.

646 Revisão da Resolução CFP nº 007/2003 (Institui o Manual de Elaboração de Documentos  
647 Escritos Produzidos pelo Psicólogo, decorrentes de Avaliação Psicológica e revoga a  
648 Resolução CFP nº 17/2002); Grupos de Trabalho da APAF - 14. Eleições; Grupos de  
649 Trabalho da APAF - 15. Mulheres; Grupos de Trabalho da APAF - 16. Revisão da Resolução  
650 nº 13/2007 (Institui a Consolidação das Resoluções relativas ao Título Profissional de  
651 Especialista em 3 Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro;  
652 Grupos de Trabalho da APAF - 17. Tecnologia da Informação; Sistema Eletrônico de  
653 Informações – SEI; Comunidades Terapêuticas na Contramão do Direito à Saúde e da Ética  
654 Profissional; Fiscalização de pessoa jurídica; e, Criação do GT para Elaboração política de  
655 Comunicação do Sistema Conselhos. 4) Entendem que os pontos “Apreciação das atas da  
656 APAF de dezembro de 2017”, “Prestação de Contas – Exercício 2017” e “Teto anuidades  
657 2019”, pois já foram referendados em plenária. **13.1) Grupos de Trabalho da APAF - 1.**  
658 **Revisão da Política de Orientação e Fiscalização do Sistema Conselhos de Psicologia**  
659 - Regiane Piva comenta que ainda está se inteirando em relação a esse GT, porque só  
660 recentemente passou a compô-lo. É um GT que trata de muitos assuntos, como o próprio  
661 CPD, tem toda parte de práticas integrativas, novas práticas da Psicologia, coaching, a  
662 política de orientação. A questão das Pessoas Jurídicas, o CRP SP está solicitando um  
663 ponto separado, porque entendem que há urgência. Na gestão passada havia grupos  
664 políticos mais acirrados, por conta da diferença entre a gestão do CFP e deste CRP e  
665 conseguiram fazer um acordo de dividir os GTs da região Sudeste de forma homogênea e a  
666 seleção do Regional era feita com base nas demandas de cada estado e, nas reuniões do  
667 GT, o representante do Sudeste levaria o posicionamento da região. Rodrigo Toledo  
668 comenta um dos pontos discutidos no GT é “políticas de orientação e fiscalização”. As  
669 discussões do GT não avançam, porque alguma outra discussão do GT acaba  
670 travancando. No grupo de presidentes de COE, ficaram responsáveis por levarem a  
671 proposta de desmembrarem as discussões, de criarem um GT para discutir exclusivamente  
672 o CPD, porque atualmente o GT existente só discute a política de orientação e fiscalização.  
673 Regiane Piva comenta que a discussão sobre o CPD não está andando porque ele será  
674 refeito e, para isso, será contratado um legislador e a licitação já está em andamento.  
675 Rodrigo Toledo informa que levantará a informação com os outros presidentes da COE,  
676 inclusive porque São Paulo tem muitas sugestões de alteração. **Encaminhamento:** O CRP  
677 São Paulo deve defender o desmembramento da discussão sobre o CPD para outro GT, a  
678 menos que estejam em processo de contratação de um legislador. **13.2) Grupos de**  
679 **Trabalho da APAF – 2. Evidenciar a Resolução nº 018/2002 (Estabelece normas de**  
680 **atuação para os psicólogos em relação a preconceito e discriminação racial)** – Ivani  
681 Francisco de Oliveira comenta que contribui bastante na escolha das imagens que

682 compõem da Campanha Nacional que será lançada, cujo mote é algo como “toda forma de  
683 racismo faz sofrer” e trabalharão com imagens de pessoas negras, ciganas, indígenas e  
684 com diversidade de faixas etárias. Trará a questão do sofrimento advindo da discriminação  
685 racial. Houve uma reunião da qual ela não participou, mas solicitou a ata e verificou que vão  
686 tocar a pauta da “abolição” com o mesmo nome do seminário que CRP SP fez. Não sabe  
687 quem apresentou essa proposta, mas seguirá dessa forma. Compromete-se a encaminhar  
688 subsídio sobre esse GT. **13.3) Grupos de Trabalho da APAF - Unificado: - PL Osmar  
689 Terra - Internação Forçada de Usuários de Álcool e Outras Drogas** – Regiane Aparecida  
690 Piva comenta que esse GT trará um pouco da discussão sobre as demandas que possuem  
691 de CTs e podem levar os dados que o CRP SP tem sobre as violações de direitos. Luciana  
692 Stoppa comenta que solicitou à Secretaria que verificasse, pois se trata de um GT antigo.  
693 Atualmente, o conselheiro Ed Otsuka é o representante do CRP SP. O GT não se reuniu no  
694 último ano. Está como encaminhamento desse GT a criação de um novo GT específico para  
695 tratar sobre a questão das CTs, havendo assim um desmembramento dessa questão.  
696 Rodrigo Presotto comenta que o GT faz referência a um Projeto de Lei que tramita na  
697 Câmara dos Deputados desde 2013. Atualmente, Osmar Terra não compõe mais a Câmara,  
698 é ministro do desenvolvimento social. Esse PL propõe a alteração na atual política sobre  
699 drogas, que já é complicada, mas que conseguiu alguns avanços em relação a não  
700 criminalização do usuário. Trata-se de um PL conservador e regulamenta um processo que,  
701 inclusive, já está em curso na cidade de São Paulo, de internação involuntária e compulsória  
702 de usuários de drogas. A partir do *lobby* da Federação Brasileira das Comunidades  
703 Terapêuticas (FEBRACT), as CTs têm ganhado muita importância, já sendo considerada um  
704 equipamento da Rede de Atenção. Comenta que pode preparar subsídio sobre o assunto,  
705 porque é um projeto central, inclusive sobre a discussão que tem sido trazida pela luta  
706 antimanicomial. **13.4) Grupos de Trabalho da APAF - Demandas do Judiciário e  
707 Ministério Público aos Psicólogos que atuam nas Políticas de Saúde e Assistência  
708 Social** - Larissa Ornelas comenta que está sentindo falta de ponto na APAF sobre a Escuta  
709 Especial. Regiane Piva esclarece que o ponto veio como GT sobre a Resolução da Escuta,  
710 o que já era ultrapassado e, por isso, foi retirado. Não perceberam que necessitariam  
711 solicitar o ponto novamente. Dispõe-se a participar de possíveis discussões sobre isso, caso  
712 seja sugerido na APAF. Beatriz Brambilla sugere que o ponto Escuta Especial possa ser  
713 discutindo junto com o ponto “Demandas do Judiciário e Ministério Público aos Psicólogos  
714 que atuam nas Políticas de Saúde e Assistência Social”. Larissa Ornelas informa que pode  
715 encaminhar subsídio sobre a Escuta para a delegação. Regiane Piva elucida que esse GT  
716 foi criado devido ao poder judiciário, com frequência, terceirizar ações, como a produção de  
717 perícia. Então, formou-se o GT para tentar organizar o enfrentamento a isso. **13.5) Grupos**

718 **de Trabalho da APAF - Revisão da Resolução CFP nº 007/2003 (Institui o Manual de**  
719 **Elaboração de Documentos Escritos Produzidos pelo Psicólogo, decorrentes de**  
720 **Avaliação Psicológica e revoga a Resolução CFP nº 17/2002)** - Regiane Piva informa que  
721 se trata de um ponto remanescente ainda da gestão passada. Não acompanhou com  
722 lidaram com minuta de Resolução, se foram encaminhadas as questões. Rodrigo Toledo  
723 pondera que o conselheiro Guilherme Raggi participou das reuniões, mas ele ainda não  
724 compartilhou o material. Após ter assumido esse GT, houve uma reunião presencial em  
725 Brasília, em 28 de abril, mas não pôde participar por questões particulares. Ainda não foi  
726 informado se houveram encaminhamentos. **13.6) Grupos de Trabalho da APAF – Eleições**  
727 - Luciana Stoppa comenta que, embora o ponto seja prioritário, o CRP SP não compõe o  
728 GT. **13.7) Grupos de Trabalho da APAF – Mulheres** - Beatriz Brambilla cita que o GT foi  
729 criado na última APAF com o objetivo de criar uma nota técnica sobre violência contra  
730 mulheres. O CRP ES é o representante da região sudeste, devido aos dados de violência no  
731 estado. O GT realizou reuniões telefônicas, mas não caminhou muito. Relata que há uma  
732 proposta, no CREPOP, de discussão sobre o patriarcado, em como ele estrutura as  
733 relações sociais no Brasil, explicitando não somente a violência, mas como o machismo, o  
734 patriarcado e o sexismo se dão nas relações e nos serviços de atendimento psicológico.  
735 Com a criação desse GT na APAF, entenderam que poderiam extinguir o GT do CREPOP  
736 sobre o assunto, mas o GT está encontrando dificuldade para caminhar. **13.8) Grupos de**  
737 **Trabalho da APAF – Revisão da Resolução nº 13/2007 (Institui a Consolidação das**  
738 **Resoluções relativas ao Título Profissional de Especialista em Psicologia e dispõe**  
739 **sobre normas e procedimentos para seu registro)** - Monalisa Muniz, a respeito do “GT  
740 Revisão da Resolução nº 13/2007 (Institui a Consolidação das Resoluções relativas ao  
741 Título Profissional de Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos  
742 para seu registro)”, entende que o CRP SP deve brigar para compor o grupo, caso haja  
743 possibilidade de negociação. Entende que o GT não caminhou, uma vez que O CRP SC  
744 repautou o ponto “Especialidades em Psicologia” e entendia que a discussão deveria estar  
745 dentro do GT. Havia ficado acordado que chamariam o CRP SP, o que ainda não ocorreu.  
746 **13.9) Grupos de Trabalho da APAF – Tecnologia da Informação** – Luciana Stoppa indica  
747 que se trata de um GT delicado porque é referente a muitas inovações de tecnologia da  
748 informação no Sistema Conselhos. Porém, as mudanças de tecnologias e sistemas nunca  
749 iniciam pelo CRP SP, sendo que, devido ao seu tamanho – com uma base de psicólogas  
750 muito maior que os demais Regionais -, há muitas especificidades. O CRP SP é  
751 representado pelos funcionários Adolfo Benevenuto e Alexandre Morgado e por Guilherme  
752 Raggi, como titular, e Suely Ortiz, como suplente. Esse GT está relacionado à proposta de  
753 implementação do Sistema SEI! em todo Sistema Conselhos. Porém, o CRP SP tem

754 peculiaridades que precisam ser consideradas. **13.10) Sistema Eletrônico de Informações**  
755 – **SEI!** – Ponto já contemplado na discussão do ponto “Grupos de Trabalho da APAF –  
756 Tecnologia da Informação”. **13.11) Comunidades Terapêuticas na Contramão do Direito**  
757 **à Saúde e da Ética Profissional** - Rodrigo Presotto comenta que na última plenária  
758 discutiram a inclusão de um ponto de proposta de Resolução para não concederem mais  
759 registro às comunidades terapêuticas. Pode apresentar subsídios sobre a discussão que  
760 vem sendo realizada. Considera um ponto de extrema importância. Entende que deve seguir  
761 com as discussões e, no segundo semestre, o CRP SP poderá contribuir com mais  
762 subsídios a respeito da Resolução de registro de CTs. Regiane Aparecida Piva pondera que  
763 não sabem como é a conjuntura dessa discussão dentro do Sistema Conselhos, se há  
764 algum Regional defendendo Comunidade Terapêutica. Do ponto de vista da ética  
765 profissional, pode-se levar as discussões que vêm sendo realizadas na COE e na COF. O  
766 CRP SP deve reforçar manifestos e notas. Enquanto CRP, deve-se reforçar que as  
767 comunidades terapêuticas não são locais de conduta ética da Psicologia. Karen Dotto  
768 comenta que fizeram um projeto piloto porque o jurídico dizia que não era possível recusar o  
769 registro de CTs sem ter argumentos. Estando na COF, pode dizer que já há subsídios  
770 suficientes para embasar a decisão de não mais conceder registro de PJ para as  
771 comunidades terapêuticas. É importante o enfrentamento político dos retrocessos na área  
772 da saúde. Luciana Stoppa pondera que o jurídico do CFP também está alinhado com essas  
773 pautas e que se essa for a proposta, eles podem também já ter subsídios. **13.12)**  
774 **Fiscalização de pessoa jurídica** - Luciana Stoppa informa que o CRP SP encaminhou a  
775 proposta de alteração no processo de fiscalização de pessoa jurídica, que está relacionada  
776 ao ponto da Consolidação das Resoluções. Karen Dotto indica que se a discussão sobre a  
777 Consolidação for longa, podem propor apenas que retirem duas coisas: obrigatoriedade de  
778 fiscalizar todas as PJs e retirar o prazo de 90 (noventa) dias para a fiscalização, pois com a  
779 grande demanda do CRP SP, é muito difícil cumprir esse prazo. **13.13) Dimensionamento**  
780 **de psicólogos e psicólogas em hospitais** - Rodrigo Presotto cita a legislação é omissa em  
781 relação ao dimensionamento de psicólogas/os em hospitais. Caso definam a criação de um  
782 GT, o posicionamento do CPR SP deve solicitar participação. **13.14) Criação do GT para**  
783 **Elaboração política de Comunicação do Sistema Conselhos** - Bia Brambilla comenta  
784 que se o GT for efetivamente criado é importante que o CRP SP o componha, tendo em  
785 vista suas peculiaridades devido ao seu tamanho e a discussão que foi realizada nesta  
786 plenária acerca de Comunicação. **XIV) RECOMPOSIÇÕES** – Foram apresentadas as  
787 propostas. Entendeu-se que Lilihan Martins da Silva deve ter o nome aprovado para compor  
788 a Comissão de Políticas Públicas. O conselheiro Vinicius Cesca de Lima havia solicitado em  
789 plenária anterior para que o nome não fosse aprovado sem discussão, mas, até o momento,

790 não apresentou nada que desabone essa indicação. **Encaminhamentos:** O plenário,  
791 considerando o adiantado da hora, decidiu aprovar em bloco as recomposições propostas.  
792 Subsede de Bauru – Exclusão da membra Jéssica Bispo Batista (06/130894) da Comissão  
793 Gestora e inclusão de Letícia Lozan (06/132377) como membra. Subsede de Ribeirão Preto  
794 – Inclusão de Bruno de Paula Rosa (06/89639), Emanuela Priscila Toledo Arruda  
795 (06/107551) e Juliana Bugolotti Panosso (06/143903) como colaboradoras/es. Comissão de  
796 Ética – Subsede Assis - Inclusão de Juliana Cristina Bessa (06/114392) e Mayara Aparecida  
797 Bonora Freire (06/120511) como membras. Subsede Sorocaba – Alteração de colaboradora  
798 para membra da Carla Jacques Carlos (06/46264). Comissão de Orientação e Fiscalização  
799 – Subsede Assis – Inclusão de Ana Maria Uliana (06/32586) e Silvana Maria de Campos  
800 Garcia (06/25927) como membras. Subsede Ribeirão Preto – Inclusão de Emanuela Priscila  
801 Toledo Arruda (06/107551), Juliana Bugolotti Panosso (06/143903), Letícia Molina  
802 Rodrigues (06/124262), Ricardo Marinho de Mello de Picoli (06/109478) e Tamires Zar  
803 (06/139598) como colaboradoras/es. Subsede Sorocaba – Inclusão de Ana Paula de Arruda  
804 Ávila (06/142032) como colaboradora. Comissão de Políticas Públicas – Inclusão de Lilihan  
805 Martins da Silva (06/50050) como membra. Comissão de Direitos Humanos – Inclusão de  
806 Lucas Vieira Crepaldi (06/142208) como membro. Núcleo Assistência Social - Subsede  
807 Bauru – Exclusão do membro suplente André Alexandre Adalgizo Padoveze (06/113156).  
808 Núcleo Criança e Adolescente - Subsede de Assis – Exclusão da membra titular Tania  
809 Tanus Salvadori (06/105760) e inclusão, como membra titular, de Rita Maria de Oliveira  
810 Gomes (06/144057). Subsede de Bauru – Exclusão da membra suplente Simone Cheroglu  
811 (06/117562). Subsede de Sorocaba – Exclusão da membra suplente Aline Coelho Salvador  
812 (06/77637) e inclusão, como membro suplente, de Jessifran Silveira Rosa (06/124243).  
813 Subsede de Grande ABC – Inclusão, como membro suplente, de Luciana Cartaxo Rolim  
814 (06/142370). Núcleo Educação e Medicalização – Subsede Bauru – Inclusão de Marília  
815 Alves dos Santos (06/144416), como membro suplente. Subsede Sorocaba – Exclusão da  
816 membra suplente Ivana do Carmo Souza (06/90362) e inclusão de Diego Alquezar  
817 (06/123124), como membro suplente. Núcleo Emergências e Desastres – Subsede de São  
818 José do Rio Preto – Inclusão de Marcus Vinicius Gabriel (06/99324) como membro suplente.  
819 Núcleo Laicidade de Religiosidade – Subsede de Bauru – Exclusão de Jéssica Raquel  
820 Rodeguero Stefanuto (06/108816) como membra. Núcleo Psicologia e Deficiência –  
821 Subsede de Ribeirão Preto – Inclusão de Raissa Siqueira Tostes (06/132751) como membra  
822 suplente. Subsede de São José do Rio Preto - Exclusão da membra titular Maria Cristina  
823 Vitti Vieira (06/28317). Núcleo Psicologia e Esporte – Subsede de Bauru - Inclusão de Luiza  
824 Machado dos Santos (06/143007), como membro suplente. Núcleo Psicologia e Povos  
825 Tradicionais – Subsede Baixada Santista e Vale do Ribeira – Exclusão de Lumena Celi dos

826 Santos (06/24841), como membra titular. *Subsede de Bauru* – Alteração de membro titular  
827 para suplente de Rinaldo Correr (06/48737) e inclusão, como membra titular, de Mirella  
828 Martins Justi (06/71455). *Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte* – Inclusão de Camila de  
829 Melo Miranda (06/84325) como membra titular. *Comissão Gestora Metropolitana* – Inclusão,  
830 como membro titular, de Leonardo Lucato Moretti (06/139946). Núcleo Psicologia e  
831 Relações Etnorraciais – *Subsede Bauru* – Inclusão, como membro suplente, de Luciana  
832 Dantas de Oliveira (06/107634). Núcleo Psicoterapias – *Subsede de Assis* – Inclusão de  
833 Ana Maria Uliana (06/32586), como membra suplente. *Subsede Ribeirão Preto* – Exclusão  
834 da membra titular Alessandra Alves Patrício (06/89220), alteração de membra suplente para  
835 titular de Mariana Rezende Figueira (06/86876) e inclusão de Mariane Capello Melo  
836 (06/118906), como membra suplente. *Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte* – Exclusão  
837 do membro titular Guilherme Pimentel de Souza (06/87315). Núcleo Trânsito e Mobilidade  
838 Urbana – *Subsede Bauru* – Inclusão de Vânia Cristina Agapito dos Santos (06/143501),  
839 como membra. *Subsede do Vale do Paraíba e Litoral Norte* – Exclusão da membra titular  
840 Dayane Abichared de Salomão (06/107028) e inclusão, como membra titular, de Regilane  
841 Marques Rodrigues Silidonio (06/104841). Núcleo de Justiça – *Subsede Grande ABC* –  
842 Exclusão da membra titular Isabel da Silva Amaral (06/42039). GT História e Memória –  
843 Sede – Exclusão do membro Eduardo Freitas Prates (06/107713). Núcleo Territorial –  
844 *Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte* – Exclusão do membro titular Guilherme Pimentel  
845 de Souza (06/87315). Representações em Órgãos de Controle Social e Entidades –  
846 *Subsede de Assis* – *Inclusão, como representante suplente, de Natana Boletini (06/141828)*  
847 *na Rede Ninho - Rede de Enfrentamento Combate ao Abuso e Exploração Sexual*  
848 *Infantil/Juvenil. Nada mais havendo a tratar, a senhora conselheira presidenta, Luciana*  
849 *Stoppa dos Santos, deu por encerrada a sessão às 17 horas e 15 minutos, da qual eu,*  
850 *conselheiro tesoureiro, Guilherme Rodrigues Raggi Pereira, lavrei a presente Ata, que lida e*  
851 *aprovada será assinada por todos os presentes. São Paulo, 19 de maio de dois mil e*  
852 *dezoito.*

---

Aristeu Bertelli da Silva

---

Guilherme Rodrigues Raggi Pereira

---

Luciana Stoppa dos Santos

---

Monalisa Muniz do Nascimento

---

Maria Rozineti Gonçalves

---

Regiane Aparecida Piva

---



---

Reginaldo Branco da Silva

---

Rodrigo Toledo

---

Beatriz Borges Brambilla

---

Beatriz Marques de Mattos

---

Bruna Lavinias Jardim Falleiros

---

Edgar Rodrigues

---

Ivana do Carmo Souza

---

Ivani Francisco de Oliveira

---

Larissa Gomes Ornelas Pedott

---

Rodrigo Fernando Presotto